

Valor e Valor de Uso em *A Acumulação de capital* de Rosa Luxemburgo

Gabriel Oliveira de Carvalho Senra

Introdução

Rosa Luxemburgo (1871-1919) é sem dúvida um nome que destoa no interior do Debate Clássico do Imperialismo. Ao contrário de Hilferding, Lênin, Bukhárin, e até mesmo Kaustsky, que procuravam apreender o contexto histórico específico das primeiras décadas do século XX, marcadas por violentas disputas interburguesas, pelo avanço imperial do capital sobre as mais remotas regiões do mundo e pelo aparecimento de gigantescas empresas monopolísticas, a partir de um forte sentido de continuidade com relação às categorias desenvolvidas por Marx, Luxemburgo tem como ponto de partida de sua análise uma posição corajosa: a crítica direta ao tratamento marxiano dos esquemas de reprodução, apresentados no Livro II de *O capital*¹. Da identificação de uma contradição entre os resultados teóricos de tais esquemas e o conjunto da obra *O capital*, além da própria insuficiência dos mesmos para a compreensão da realidade, a autora aponta seu equívoco metodológico fundamental, e demonstra, a partir de um reposicionamento analítico, a necessidade do modo de produção capitalista de se relacionar com formações econômicas que lhe são distintas.

A crítica da autora à referida teorização marxiana não passou incólume. Vários pensadores apontaram a incompreensão de Luxemburgo quanto ao sentido metodológico dos esquemas de reprodução, além de uma série de falhas argumentativas e de análise histórica. O que se pretende neste texto não é uma defesa de seu pensamento, mas sim demonstrar que, a despeito de seus limites indiscutíveis, o aporte da autora com relação ao tema do processo de espraiamento das relações capitalistas sobre o mundo é muito rico.

A crítica correta aos apontamentos metodológicos feitos por Luxemburgo muitas vezes levaram ao rápido descarte do conjunto de sua contribuição ao Debate Clássico do Imperialismo. Isto impede a apreciação de muitos elementos absolutamente fundamentais para a compreensão adequada de qual é a essência desta categoria, e de quais relações ela guarda. Portanto, faz-se necessária uma completa revisão crítica do conjunto do tratamento teórico da autora sobre este tema, para que se possa fazer um balanço justo de sua contribuição.

Assim, na primeira parte deste texto será apresentada a crítica da pensadora polonesa aos esquemas de reprodução de Marx e sua demonstração da necessidade de expansão ilimitada do capital. Em um segundo momento, trataremos do que era, para Luxemburgo, a segunda dimensão explicativa para o espraiamento do modo de produção capitalista sobre o mundo. Por fim,

¹ Para uma apresentação sucinta do contexto histórico de emergência do Debate Clássico do Imperialismo, suas principais contribuições e polêmicas, ver CORRÊA (2012) e CAPUTO & PIZARRO (1971).

demonstraremos como o movimento da acumulação do capital leva em si a afirmação do capitalismo como forma hegemônica da produção mundial, processo efetivado pelos mais violentos instrumentos extraeconômicos.

Os esquemas de reprodução e a necessidade de realização externa do mais-valor

O texto *A Acumulação de capital*, lançado em 1913, é o principal aporte feito por Rosa Luxemburgo para a compreensão do que era o fenômeno do imperialismo, característica central do capitalismo do início do século XX. Particularmente na Seção III deste livro, Rosa Luxemburgo expõe de forma sistemática sua crítica aos esquemas de reprodução de Marx, e propõe uma análise das causas e conseqüências do movimento de expansão do capital por todo o mundo.

Os esquemas de reprodução são apresentados por Marx na seção III do Livro II de *O capital*. Com eles, o pensador alemão procura demonstrar qual é o movimento necessário que o produto do trabalho social precisa perfazer para que não só seja possível a satisfação das necessidades materiais do conjunto da população quanto sejam colocadas as bases de um novo processo produtivo. Ou seja, tenta-se apreender quais são as relações básicas que precisam ser estabelecidas no processo de circulação do produto social, em sua unidade de valor e valor de uso². Para tanto, Marx subdivide a totalidade da produção social em dois departamentos: o departamento de Meios de Produção (Departamento I) e o departamento de Meios de Consumo (Departamento II).

Trata-se então de explicitar quais são as trocas que precisam ser estabelecidas entre esses dois departamentos para que seja efetivada a distribuição social dos meios de consumo e dos meios de produção, possibilitando a satisfação das necessidades sociais e colocando as bases de um novo processo de produção, ao mesmo tempo em que realiza as parcelas de valor referentes ao valor do capital constante, apenas transferido ao produto final, e ao valor novo derivado da utilização da força de trabalho, este por sua vez dividido entre o componente responsável por repor o que foi gasto com o capital variável e o componente referente ao mais-valor.

Deve-se destacar que dentro dos esquemas de reprodução as trocas têm de obedecer a proporcionalidades específicas, para que seja possível não só a plena realização do valor das mercadorias produzidas pelos dois departamentos, mas que este movimento seja ao mesmo tempo a satisfação das necessidades de consumo (produtivo e improdutivo) dos valores de uso produzidos socialmente. Assim, o Departamento I, ao mesmo tempo em que realiza a parte do produto sobressalente às suas próprias necessidades, atende as exigências materiais para a renovação do

² Para uma exposição detalhada dos esquemas de reprodução, ver MARX (1988), LUXEMBURG (1985) e CARCANHOLO (1996).

processo produtivo do Departamento II. Da mesma forma, o Departamento II, ao fornecer os meios de consumo necessários à renovação do capital variável e ao consumo improdutivo de parte do mais-valor produzido no Departamento I, realiza ao mesmo tempo o valor de suas próprias mercadorias.

Utilizando essa metodologia de análise, Marx consegue demonstrar quais são as relações intersetoriais que precisam ser estabelecidas para que seja garantida a reprodução social, tanto no contexto que a totalidade do mais-valor produzido é consumido de maneira improdutiva (reprodução simples) quanto no caso que em que parcela deste mesmo mais valor é capitalizada, ou seja, utilizada para a ampliação do processo de produção (reprodução ampliada).

Por todo *A Acumulação de Capital*, Rosa Luxemburgo demonstra sua interpretação dos esquemas de reprodução como a descrição dos movimentos imprescindíveis ao modo de produção capitalista para sua reprodução normal. Assim, estes aparecem como a apresentação do que é necessário em termos de produção e circulação de mercadorias para que o seu funcionamento “adequado” seja alcançado, o que, caso não ocorra, colocaria problemas de realização, desproporções intersetoriais e etc. Para a autora a omissão das diferentes determinações da realidade concreta nos mesmos significaria a sua incapacidade de apreender o funcionamento do capitalismo em si.

Os esquemas de reprodução guardam em seu funcionamento somente as relações sociais próprias ao modo produção capitalista, e portanto abarca apenas suas duas classes fundamentais – a classe trabalhadora e os capitalistas -, e assim permitem, tanto para a reprodução simples quanto para a reprodução ampliada, a demonstração de quais relações de troca têm de ser estabelecidas para a possibilidade de realização do conjunto da produção social.

Luxemburgo, no entanto, aponta esse resultado como extremamente problemático.

Não resta, pois, a menor dúvida de que Marx queria descrever o processo de acumulação de uma sociedade constituída exclusivamente de capitalistas e operários, sob o domínio geral e exclusivo do modo de produção capitalista. De acordo com esses pressupostos, no entanto, seu esquema não permite nenhuma outra interpretação a não ser a da produção pela produção.³

Tal interpretação que permite os esquemas de reprodução, em particular os referentes à reprodução ampliada, é derivada da questão de que, nestes, a capitalização total do mais-valor produzido só é possível através da realização de parte da produção social mediante as trocas entre os próprios capitalistas, a partir dos equivalentes que compõem parte deste mesmo mais-valor. Assim, por não encontrar limite em si, por não encontrar problemas para sua própria realização, a produção revela-se como propulsora de sua própria expansão, e a finalidade última do capitalismo parece ser a “produção pela produção”.

³LUXEMBURG, 1985, p. 229.

Os pressupostos do esquema de Marx não fornecem nenhuma indicação sobre o destinatário ou pessoa para quem se realiza esse progressivo crescimento da produção. (...) A questão que, antes de mais nada, se coloca é a seguinte: Para quem produzem os capitalistas quando não consomem ou se abstêm, ou seja, quando acumulam? (...) Quem realiza, então, a mais-valia, que cresce sem parar? O esquema responde: são os capitalistas e somente eles. E o que fazem com essa mais-valia crescente? O esquema responde: usam-na para ampliar a produção cada vez mais. Esses capitalistas são, portanto, fanáticos adeptos da ampliação da produção, por amor à própria ampliação da produção. Mandam construir máquinas novas para, como elas, construírem outras máquinas novas. Daí não resulta uma acumulação de capital, mas uma produção crescente de meios de produção, sem nenhuma finalidade (...).⁴

Vale notar que Marx, desde o primeiro capítulo de *O capital*, demonstra que o objetivo da produção capitalista é a produção e apropriação de mais-valor, esta em si ilimitada. A partir do impulso de auto-expansão do valor derivada da configuração específica do trabalho social no modo de produção capitalista, e do fato de que só é possível produzir mais-valor no próprio processo de produção, conforma-se objetivamente uma tendência à auto-expansão da produção capitalista, de fato, à “produção pela produção”, mas com uma finalidade específica: o lucro.

Como argumenta Carcanholo,

A circulação do capital é formada por uma unidade, sempre em processo (movimento) de duas instâncias contraditórias: produção e circulação de mercadorias (mercado). Desta forma, o objetivo do capitalismo, a apropriação crescente de mais-valia, pressupõe a produção para nova produção sim! Mas com uma intermediação importante: a circulação de mercadorias, responsável pela realização do valor produzido. (...) Não é o pensamento de Marx que entra em um círculo vicioso, onde a produção é condição e resultado de outras produções, mas é a própria economia capitalista que, para exercer sua lógica de apropriação crescente de mais-valia, possui um movimento interminável no qual o capital passa pelas esferas produtiva e da circulação, ora em uma, ora em outra.⁵

De qualquer maneira, Luxemburgo avança na sua crítica, destacando agora a contradição profunda entre os mecanismos da acumulação apresentados pelos esquemas de reprodução e outra tendência fundamental, própria ao capitalismo, de mudança da composição orgânica do capital, derivada da sua característica de revolucionamento constante das forças produtivas.

A reprodução social é baseada em relações de troca de formas materiais específicas (ou seja, é uma unidade de valor e valor de uso), relações estas que seriam afetadas por mudanças na oferta e demanda das mercadorias produzidas devido à variação da produtividade de algum setor. A acumulação normal de determinados setores seria impedida por tais modificações, o que levaria, fatalmente, à impossibilidade de uma reprodução “equilibrada”, independente se esta mesma acumulação fosse “regulada” de forma a corresponder às novas condições estabelecidas. E isto porque, novamente, as relações intersetoriais são baseadas numa correspondência material das

⁴ Idem, p. 230-231.

⁵ CARCANHOLO, 1996, p. 98.

trocas, que exige determinadas proporcionalidades que seriam de qualquer modo transformadas. Assim, a colocação desta tendência própria ao modo de produção capitalista significaria necessariamente a inviabilidade da reprodução “normal” dentro dos esquemas. Desta impossibilidade, deriva-se que os esquemas de reprodução do Livro II d’*O Capital* só podem funcionar em um contexto de nenhuma mudança de produtividade.

Assim, “Qualquer que seja, portanto, o prisma sob o qual abordemos as alterações do modo de produção dentro do processo de acumulação, elas não podem realizar-se sem ferir as relações fundamentais do esquema de Marx”.⁶ E se tais relações fundamentais são feridas, deriva a autora, isso significa que os esquemas não são capazes de apreender o real movimento da acumulação de capital.

Além deste, coloca-se também o problema de realização específica do mais-valor. Segundo a autora, os esquemas excluem a possibilidade de entesouramento de qualquer parte do mais-valor produzido, já que o não-gasto desse componente significa, por outro lado, a não-realização de parte correspondente do produto social. Assim, novamente evidenciando a sua interpretação específica dos esquemas como um “dever ser” para a reprodução normal deste modo de produção, as condições da crise estariam postas pelo seu não-cumprimento:

O esquema de Marx exclui a formação e entesouramento da mais-valia sob a forma dinheiro, ou como capital passível de inversão. (...) À acumulação de mais-valia realizada, de uma lado, contrapõe-se a não-realização de mais-valia, de outro lado, já que os capitalistas são, reciprocamente, seus únicos captadores de mais-valia, uns dos outros. Com isso, interromper-se-ia, no entanto, o curso normal da reprodução, como também da acumulação, que nos descreve o esquema. Teríamos, em consequência, uma crise, não uma crise de superprodução, mas uma crise devida à acumulação, como Sismondi a imaginava.⁷

Tal questão contrasta claramente com a realidade do entesouramento como situação normal da reprodução social. Sendo este, inclusive, um dos pressupostos para as ampliações importantes nas condições da acumulação, a sua inexistência significaria a impossibilidade destes “saltos” da produção. De outra forma, tais mudanças bruscas em determinados setores levariam novamente ao problema da proporcionalidade entre os diferentes ramos da produção social.

Dessa forma, o esquema exclui qualquer ampliação da produção por saltos. Ele só permite uma ampliação contínua que acompanhe, a cada passo, a formação da mais-valia e que se baseie na identidade entre a realização e a capitalização da mais-valia. (...) Exclui-se, dessa maneira, aparentemente, tanto a ampliação por saltos do mercado quanto o desenvolvimento unilateral de ramos isolados de produção que se antecipam aos demais.⁸

⁶ LUXEMBURG, 1985, p. 235.

⁷ Idem, p. 235.

⁸ Ibidem, p. 235-236.

Ou seja, demonstra-se novamente o desprendimento dos esquemas de reprodução em relação ao movimento real da acumulação do capital social:

O esquema pressupõe, pois, um movimento do capital total, um movimento que se contrapõe ao andamento real do desenvolvimento capitalista. A história do modo de produção capitalista caracteriza-se, logo à primeira vista, por dois fatos: por um lado, pela expansão periódica, por saltos, do campo integral da produção e, por outro lado, pelo desenvolvimento altamente heterogêneo dos ramos distintos da produção.⁹

Por fim, Luxemburgo expõe a inadequação dos esquemas com relação às colocações feitas por Marx no Livro III d'*O Capital*, principalmente as referentes à contradição crescente que o próprio modo de produção capitalista põe em relação às condições de produção e às condições de realização do valor produzido socialmente. Esta incompatibilidade pode ser observada justamente pelo fato de os esquemas permitirem a ampliação ilimitada da produção, mediante a aplicação de um mais-valor cuja realização está sempre garantida.

Dito de outra maneira, por garantirem sempre a realização da totalidade do mais-valor produzido, mediante as relações de trocas materiais entre os distintos setores, os esquemas falham justamente por não evidenciarem o modo como o capitalismo põe em si obstáculos para a realização da totalidade do produto do trabalho social, tal como Marx tratou diversas vezes.

Assim,

O esquema exclui, porém, a contradição profunda e fundamental entre as capacidades de produção e de consumo, da sociedade capitalista, que periodicamente procura aliviar-se por meio das crises e impele o capital para a ampliação constante do mercado.¹⁰

Vale notar, neste ponto, que a noção que a autora apresenta de “ampliação de mercado” é a de realização das mercadorias produzidas em condições de consumo para além das que são derivadas das relações de produção propriamente capitalistas. Isso se justifica por sua interpretação própria de que, no interior dos esquemas, a expansão da acumulação garante em si a realização das mercadorias produzidas, sendo desnecessário, portanto, a ampliação das relações capitalistas à novas esferas da vida social.

Pode-se antever, desde já, que a falha fundamental dos esquemas é justamente a sua limitação às relações capitalistas propriamente ditas, limitação esta que leva por sua vez à uma série de contradições no interior dos mesmos, que não permitem a apreensão do movimento real da acumulação como um todo. Essa deficiência só pode ser sanada quando se demonstra a necessidade do capitalismo da existência de formações sociais diversas da sua.

⁹ Ibidem, p. 236.

¹⁰ Ibidem, p. 238.

Para Rosa Luxemburgo, todas as dificuldades apresentadas pelos esquemas de reprodução na sua tentativa de apreensão da realidade concreta podem ser derivadas de um equívoco metodológico geral de Marx. Segundo a autora, o pensador alemão falha ao dar continuidade ao método da abstração dos elementos mais aparentes de determinado objeto para que se possa capturar as suas relações categoriais essenciais, utilizado por todo o Livro I de *O capital* para a análise das determinações fundamentais do processo de produção levado à cabo pelos capitais individuais. Na consideração do movimento do capital social, tal como é trabalhado a partir do Livro II, é inescapável colocar o conjunto de determinações históricas que envolvem o processo de acumulação de capital. Caso contrário, não se poderá de forma alguma apreender seu real funcionamento.

Como expõe Rosdolsky em relação ao pensamento de Luxemburgo:

Em sua opinião, só o capital individual permite uma abordagem abstrata, enquanto a categoria do capital social global deve representar uma realidade imediata. Daí seu frequente apelo à “realidade histórica” contra a “ficção teórica” (...).¹¹

Rosdolsky se propõe a fazer um contraponto à tal perspectiva metodológica, em defesa da adotada por Marx. Em primeiro lugar, com relação à diferença entre o tratamento feito nos Livros I e II de *O capital*, o autor elucida que

Ao contrário do que pensa Rosa Luxemburgo, o que caracteriza metodologicamente os diversos tomos de *O capital* não é o fato de que no primeiro deles Marx se limita à análise do capital individual, passando a considerar no segundo e no terceiro tomos o capital em suas vinculações sociais. Já no primeiro tomo, para fundamentar noções extremamente importantes, aparece muitas vezes a oposição entre as categorias de capital em geral e capital individual. (...) A principal diferença é a seguinte: os dois primeiros tomos não ultrapassam a análise do “capital em geral”, enquanto o terceiro supera esse limite, fazendo a passagem para a análise da “pluralidade de capitais” e de suas inter-relações, ou seja, do capital que existe “na realidade”.¹²

E lidar com a análise do “capital em geral” não impede de forma alguma a utilização do método da abstração. Muito pelo contrário, esta se justifica não só por ser um nível ainda muito próximo da essência dos fenômenos aqui estudados, necessitando portanto de uma miríade de mediações categoriais, mas também pelo sentido metodológico próprio aos esquemas de reprodução, de consideração das condições *gerais* necessárias à realização plena da totalidade do produto social. Assim, quanto à suposta inadequação dos esquemas de reprodução para a representação do movimento concreto do capital social,

se quisermos seguir o que diz Rosa e vincularmos a exatidão das leis econômicas descobertas por Marx à observação estrita de todas as condições da “realidade histórica”, logo fica claro que não só os esquemas de reprodução, mas todos os

¹¹ ROSDOLSKY, 2001, p. 73.

¹² Idem, 2001, p. 69.

resultados da investigação de *O capital*, são ficções. Para o empirismo, como se sabe, qualquer abstração teórica deve ser vista com desconfiança. (...) Em seu esquema abstrato de reprodução, Marx abriu mão de analisa-las [as demais determinações em que se processa a acumulação de capital], com razão, mas isso não quer dizer que, para compreender a “realidade” empiricamente considerada, se possa ignorá-las, assim como não se pode ignorar o “entorno histórico” do capitalismo.¹³

Ou seja, o que há em verdade é uma incompreensão por parte de Rosa Luxemburgo do sentido metodológico dos esquemas de reprodução, e o nível de abstração em que estes se situam. Como sintetiza Carcanholo,

é preciso considerar que os esquemas de reprodução fazem parte do Livro II de *O Capital*, que trata da circulação do capital em geral, considerando o processo de produção **apenas** no que é indispensável para o entendimento da primeira – a teoria da produção no Livro II é pressuposta. Em outras palavras, o Livro II possui um grau de abstração muito elevado. A tentativa de aplicação dos esquemas de reprodução para o entendimento do concreto-real sem qualquer mediação, como quer Rosa Luxemburgo, constitui uma falha metodológica grave. Desta forma, os esquemas de reprodução são limitados porque o escopo do Livro II é limitado.¹⁴

De qualquer maneira, estabelecida para a autora a impossibilidade de se considerar a satisfatória a apreciação feita nos esquemas de reprodução, coloca-se o problema fundamental da realização da totalidade do mais-valor produzido no interior do próprio capitalismo. É somente quando colocada a questão da reprodução do capital social em si que transparece, para a autora, o problema da realização do produto social no interior do modo de produção capitalista, mais especificamente da parte do mais-valor destinada ao reinvestimento produtivo.

A parte de valor apenas conservada pelo trabalho social, referente ao capital constante, encontra sua possibilidade de realização pelos próprios gastos dos capitalistas com meios de produção. Quanto ao valor novo produzido, tanto os salários quanto o próprio fundo de consumo dos capitalistas garantem a realização do valor equivalente ao gasto com o capital variável e de parte do mais-valor. É, no entanto, a parcela deste último voltada à capitalização que acaba por não encontrar equivalente no interior da esfera econômica em que foi produzido, o que constitui em um flagrante “problema sem solução” para o prosseguimento da reprodução ampliada do capital social.¹⁵ Esta limitação dos esquemas de reprodução aponta em si tanto para o

¹³ *Ibidem*, p. 70.

¹⁴ CARCANHOLO, 1996, p. 95. Negrito do original.

¹⁵ Vale notar que neste método de análise proposto desaparece a vinculação do valor de uso com o processo de acumulação, sendo que é justamente a relação deste com o valor que permite a apreensão da possibilidade de realização da totalidade da produção social no interior do modo de produção capitalista. Como ressalta Carcanholo, “Os esquemas de reprodução analisam a circulação de mercadorias, levando em consideração o fato de que a mercadoria é uma unidade contraditória entre valor e valor de uso. Assim, a realização das mercadorias seria um processo de realização não só do valor, mas deste materializado em valores de uso específicos. Ao privilegiar o aspecto quantitativo da realização, Rosa Luxemburgo não tratou do seu aspecto qualitativo. Para os esquemas de reprodução, interessa a análise do quanto é realizado e do que é comprado. Isto a leva a perder de vista as compras intersetoriais (consumo

problema teórico próprio aos mesmos quanto à exigência objetiva do modo de produção capitalista de transcender suas próprias relações.

Mas é exatamente a análise global da reprodução simples em Marx, bem como a característica do processo capitalista total, que (...) contém implicitamente uma solução para o problema da acumulação (...). O próprio esquema da reprodução ampliada, depois de examinado mais de perto, nos aponta em todos os sentidos, e transcendendo as próprias relações, para relações que se situam para fora da produção capitalista e da acumulação.¹⁶

Desta maneira, a impossibilidade de realização interna da parte a ser capitalizada do mais-valor é um problema *real* do capitalismo, que só pode ser sanada mediante a realização desta fração do valor em formações econômicas não-capitalistas. Ou seja, a acumulação ampliada, a reprodução “normal” do modo de produção capitalista, só é possível mediante a compra de parte do produto social produzido internamente neste modo de produção por modos de produção distintos.

Esta parte do valor socialmente produzido que não encontra possibilidade de confirmação interna corresponde em sua forma material não às necessidades mais gerais da acumulação em si, mais às necessidades “dos círculos não-capitalistas” que a realizarão. Desta maneira, setores específicos da produção social podem adquirir a função de fabricar os valores de uso cuja compra realizará a referida parcela do mais-valor social, permitindo portanto o prosseguimento da reprodução ampliada. A continuidade “normal” (isto é, sem crises e desequilíbrios de qualquer tipo) da acumulação capitalista depende, portanto, da interação constante entre este modo de produção específico e tipos que lhe são diversos. O capitalismo exige para seu funcionamento a presença de formas de sociabilidade distintas, para que sobre elas possa atuar e confirmar sua própria existência.

No entanto, a necessidade de realização externa da parte do mais-valor a ser capitalizada não é o único componente explicativo da obrigação do capitalismo de se expandir para além de suas próprias fronteiras.

A dupla dimensão do movimento expansivo do capital

A partir do capítulo XXVI de seu livro, Rosa Luxemburgo deriva a contínua “autotranscedência” do capitalismo a partir de outras precisões postas pela acumulação.

O prosseguimento da reprodução ampliada, concomitantemente à elevação da composição orgânica do capital, coloca exigências materiais para o modo de produção capitalista que, se fossem resolvidas apenas internamente, levariam a limitações das possibilidades de acumulação. A busca desses pressupostos materiais da reprodução capitalista, ou seja, meios de produção e força de

intermediário), que é o elo teórico em que falta para entender o significado de que são os próprios capitalistas que demandam a mais-valia” (CARCANHOLO, 1996, p. 97).

¹⁶ LUXEMBURG, 1985, p. 241.

trabalho, para além do que se coloca por ela mesma, é assim necessária para a expansão não-constrangida do capitalismo. Assim, ele buscou historicamente nas formas sociais que lhe são distintas os valores de uso indispensáveis ao prosseguimento de seu processo de reprodução ampliada.

Em um primeiro momento, Luxemburgo trabalha mais diretamente com a questão dos meios de produção necessários à reprodução do capital social.

o aumento incessante da produtividade do trabalho implica e se vincula, por outro lado, à utilização ilimitada de todas as matérias e condições que a Natureza e a terra põem a sua disposição. *Nesse sentido e em função de sua natureza e de sua forma de existência, o capital não admite nenhuma limitação. (...) Em sua ânsia de apropriação das forças produtivas com vistas à exploração, o capital esquadrinha o mundo inteiro, procura obter meios de produção em qualquer lugar e os tira ou os adquire de todas as culturas dos mais diversos níveis, bem como de qualquer forma social.* Para o emprego produtivo da mais-valia realizada é necessário que o capital disponha cada vez mais do globo terrestre todo a fim de ter uma oferta qualitativa e quantitativamente ilimitada no condizente aos respectivos meios de produção. *Uma das condições prévias indispensáveis ao processo de acumulação, no referente a sua elasticidade e sua capacidade súbita de ampliação, é a rápida inclusão de novos territórios de matérias-primas, de proporções ilimitadas, a fim de poder enfrentar tanto as vicissitudes e interrupções eventuais no abastecimento de matérias primas dos antigos fornecedores, quanto a ampliações súbitas das necessidades sociais.* (...) É somente o capital dotado dos respectivos meios técnicos que consegue executar a mágica de criar revoluções tão maravilhosas em tão curto tempo. Somente em solo pré-capitalista, de relações sociais mais primitivas, é que o capital consegue exercer tamanha influência sobre as formas produtivas materiais e humanas, a ponto de criar tais prodígios.¹⁷

Torna-se evidente, nesta passagem, que o capital, em sua busca de reunir para si a totalidade dos meios de produção disponíveis, de forma a romper com quaisquer limitações à sua auto-valorização, trava contato com as mais distintas formas sociais, busca subordinar à lógica de suas necessidades materiais o maior número de modos de produção e de espaços econômicos possíveis.

A partir de então, a autora passa à análise do outro valor de uso pressuposto pela reprodução capitalista, a força de trabalho.

Até agora só consideramos a acumulação do ponto de vista da mais-valia e do capital constante. O terceiro elemento fundamental da acumulação é o capital variável. (...) Na medida em que as circunstâncias o permitem, parte da ampliação dessa quantidade de trabalho pode ser obtida pelo prolongamento da jornada de trabalho, ou pela intensificação do trabalho. Em ambos os casos, no entanto, esse aumento do trabalho vivo não se expressa ou só se expressa em escala mínima (como pagamentos de horas-extras) como aumento do capital-variável. Além disso, ambos os métodos encontram-se, por força de restrições de ordem natural e social, na dependência de limites determinados, e bastante estreitos, os quais não podem ser ultrapassados. O crescimento progressivo do capital variável, esse crescimento que acompanha a acumulação, tem, pois, que expressar-se sob a forma de um número também crescente de trabalhadores empregados. De onde provém essa força adicional de trabalho?¹⁸

¹⁷ Idem, p. 245-246. Itálico no original.

¹⁸ Ibidem, p. 247.

Portanto, o prosseguimento da acumulação de capital coloca em si o problema da disponibilidade da mão-de-obra exigida pelo processo de reprodução ampliada. Novamente, para que capitalismo não encontre barreiras à sua tendência de auto-expansão, ele tem de buscar seus pressupostos materiais (neste caso, a força de trabalho) nas esferas econômicas que lhe são estranhas. Tem de se produzir, assim, a disponibilidade da força de trabalho em quantidade e flexibilidade ao máximo adequadas às necessidades de valorização do capital.

É explícita a necessidade da

transição constante da força de trabalho, passando de condições não-capitalistas para capitalistas, produto que não é excedente do modo de produção capitalista mas do modo pré-capitalista, já em processo progressivo rumo ao colapso e à decomposição. Neste se inclui não somente a destruição da economia camponesa europeia e do artesanato desta, mas também a destruição das mais variadas formas de produção, inclusive das sociedades primitivas, nos países não-europeus.¹⁹

Torna-se translúcida, aqui, como a atuação desagregadora do capital sobre os distintos modos de produção é, ao mesmo, a conformação dos pressupostos materiais de sua reprodução nestes mesmos espaços, garantindo a disponibilidade do elemento que lhe é indispensável, a força de trabalho.

Deve-se sublinhar, no entanto, que por toda argumentação desenvolvida sobre este elemento em particular Luxemburgo demonstra um marcante lapso quanto ao tratamento da Lei Geral da Acumulação Capitalista, evidenciada por Marx ainda no Livro I d'*O capital* e que demonstra a tendência própria ao capitalismo de conformar, em sua reprodução normal, uma superpopulação relativa, fruto da queda da demanda relativa da força de trabalho (derivada da tendência de aumento da composição orgânica do capital), e disponível em si aos interesses da acumulação. Além disso, a autora faz uma identificação direta e substancialmente problemática entre os mecanismos de conformação desta superpopulação relativa e a acumulação primitiva de capital, processo de expropriação que coloca os pressupostos materiais da reprodução capitalista.

De qualquer maneira, Luxemburgo demonstra que para assentar para si esta disponibilidade de mão-de-obra, o capital tem necessariamente de agir sobre as outras formações socioeconômicas no sentido de expropriar das populações locais as possibilidades de sua reprodução autônoma, ou seja, de impossibilitar a sua existência material fora das condições de obrigatoriedade de venda de sua força de trabalho. Trata-se, assim, de diluir as distintas formas do trabalho social que não sejam hegemônicas pelas relações mercantis, e de promover o processo de separação dos meios de

¹⁹ Ibidem, p. 248.

produção dos próprios produtores.²⁰ Para tanto, é indispensável a utilização de métodos extra-econômicos, necessariamente violentos. A efetivação do conjunto da humanidade como classe trabalhadora, portanto, é fruto das tendências próprias da acumulação do capital e de sua extrapolação nada pacífica sobre o mundo.

Em função de suas relações de valor e de suas relações de natureza material, o processo de acumulação do capital está vinculado por meio do capital constante, do capital variável e da mais-valia às formas de produção não-capitalistas. (...) O capital não pode existir sem contar com a presença dos meios de produção e da força de trabalho de toda a parte; para o desenvolvimento pleno de seu movimento de acumulação ele necessita de todas as riquezas naturais e da força de trabalho de todas as regiões do globo. Uma vez que de fato e em sua maioria estas se encontram ligadas às formas de produção pré-capitalistas - que constituem o meio histórico de acumulação do capital -, daí resulta a tendência incontida do capital de apossar-se de todas as terras e sociedades. (...) Com a realização da mais-valia o caso é diferente. Esta se encontra ligada, de antemão, a produtores e consumidores não-capitalistas. A existência de compradores não-capitalistas de mais-valia é, portanto, a condição vital para o capital e para a sua acumulação e constitui dessa forma o aspecto decisivo do problema da acumulação do capital. De uma ou de outra forma, enquanto processo histórico, a acumulação de capital depende, sob todos os seus aspectos, das camadas e sociedades não-capitalistas.²¹

Neste trecho, torna-se evidente o duplo sentido da ação do capital sobre as distintas regiões do mundo, ambos derivados das características próprias da acumulação. Assim, torna-se patente que a tendência de expropriação das mais distintas formas sociais é exigência da própria reprodução capitalista, que não pode existir sem subordinar para si todos os meios de produção e toda a força de trabalho possíveis, além de ter de realizar sua mais-valia externamente.

O capitalismo, portanto, ao mesmo tempo que necessita para seu funcionamento a existência “ao lado” de formas de sociabilidade de que lhe são estranhas, age sobre essas mesmas, dissolvendo-lhes progressivamente. Evidencia-se assim a “contradição dialética do movimento de acumulação capitalista, que exige um meio ambiente de formações sociais não-capitalistas; essa acumulação se faz acompanhar de um intercâmbio material constante com as mesmas e só se processa enquanto dispõe desse meio”.²² O capitalismo efetivamente se baseia na contradição entre mercado interno (ou seja, as regiões em que este modo de produção é hegemônico) e mercado externo (todas as formações que lhe são distintas).²³

²⁰ Apesar de entender a Acumulação Primitiva como fenômeno próprio ao emergir do modo de produção capitalista, portanto limitado historicamente, ela reconhece que esta guarda ao mesmo tempo proximidade evidente com a expropriação constante das formas sociais que lhes são distintas colocada pela acumulação de capital.

²¹ Ibidem, p. 250-251.

²² Ibidem, p. 251.

²³ “Do ponto de vista da produção capitalista o mercado interno é o mercado capitalista, uma vez que essa produção é consumidora de seus próprios produtos e lhe fornece elementos produtivos e força de trabalho. Do ponto de vista econômico, a Alemanha e Inglaterra constituem, em sua troca recíproca, um para a outra, mercados capitalistas internos, enquanto as trocas entre a indústria alemã e seus consumidores ou produtores camponeses alemães representam, para o capital alemão, relações de mercado externo” (Ibidem, p. 251). Para a autora os conflitos inter-burgueses seriam

Portanto, a autora colocou um outro aspecto que justifica a constante auto-extrapolação da produção capitalista, relacionada não à necessidade de confirmação externa de parte do valor produzido socialmente, mas à exigência de se acessar o máximo de meios de produção e de força de trabalho disponível para que a sua reprodução ampliada não encontre constrangimentos.

Assim, pode-se perceber uma dupla via explicativa da tendência expansiva própria ao capitalismo. Uma, mais relacionada às necessidades de valorização do capital social, de confirmação fora do próprio sistema da porção de valor a ser capitalizada. Outra, ligada às suas exigências materiais, aos valores de uso indispensáveis à reprodução ampliada e ilimitada deste modo de produção. Vale notar que estes dois aspectos não são de forma alguma autônomos entre si. Em verdade, deve-se lembrar que a parte de valor a ser realizada externamente existe em valores de uso específicos, em determinada porção do produto social, a ser comprada por formas sociais distintas. Da mesma maneira, a busca por elementos materiais para além dos que são produzidos no interior do sistema não é uma busca fundada em si mesma. Ela é exigida pela própria reprodução ampliada, baseada por sua vez na ânsia capitalista de valorização ilimitada do valor. Por fim, ambas as dimensões são derivadas do próprio movimento expansivo do capital, inerentes, por portanto, ao ciclo do capital e sua acumulação.

A acumulação de capital e o processo de transição subordinada ao capitalismo

Para tratar do movimento histórico de afirmação da acumulação do capital sobre o mundo, a autora identifica que “nesse processo há três fases a distinguir: a luta do capital contra a economia natural, a luta contra a economia mercantil e a concorrência do capital no cenário mundial, em luta pelas condições restantes de acumulação”. Essas lutas constantes contra modos de produção distintos são colocadas pelas próprias características da acumulação capitalista, que como visto anteriormente exige em si a interação com tipos de sociabilidade distintos para poder efetivar-se.

Para existir e poder desenvolver-se o capitalismo necessita de um meio ambiente constituído de formas não-capitalistas de produção. (...) Ele necessita de camadas sociais não-capitalistas como mercado, para colocar sua mais-valia; delas necessita como fontes de aquisição de seus meios de produção e como reservatório de força de trabalho para seu sistema salarial.²⁴

resultado da disponibilidade cada vez menor dessas esferas não-capitalistas tão necessárias à acumulação, em um momento em que ela mesma atinge proporções gigantescas: “E se com o desenvolvimento internacional do capital a capitalização da mais-valia se torna a cada instante mais urgente e precária, de modo absoluto enquanto massa, bem como em relação à mais-valia, essa base de capital constante e variável, por sua vez, também se torna cada vez maior. Daí o fato contraditório de os antigos países capitalistas representarem, um para o outro, mercados cada vez maiores e imprescindíveis, e se digladiarem ao mesmo tempo mais intempestivamente na qualidade de concorrentes e em função de suas relações com os países não-capitalistas” (Ibidem, p. 252).

²⁴ Ibidem, p. 253.

Porém, essas camadas sociais não-capitalistas não são *a priori* capazes de satisfazer as necessidades da acumulação. A configuração específica do trabalho social nas mesmas as impede de servir para este fim, e Luxemburgo explica o constrangimento à reprodução do capital representado principalmente pela *economia natural*. Esta última aparece como englobando todos os modos de produção em que o acesso ao trabalho social não é feito mediante a troca (onde, portanto, a produção não é orientada à obtenção de valor) e onde existe algum tipo de associação entre os produtores diretos e seus meios de produção. Coloca-se assim a necessidade de se efetuar a expropriação desses mesmos produtores e de se fracionar o trabalho social, de maneira que as relações mercantis se coloquem objetivamente como inevitáveis.

Para tanto, o capital necessariamente tem de se utilizar de instrumentos extra-econômicos, se servindo principalmente da violência política e estatal, para além dos impulsos ao aumento da produtividade que lhe são próprios.

Os objetivos econômicos que o capitalismo persegue em sua luta contra as sociedades de economia natural são, especificamente, os seguintes:

- 1) Apossar-se diretamente das principais fontes de forças produtivas, tais como terras, caça das florestas virgens, minérios, pedras preciosas e metais, produtos vegetais exóticos, como borracha etc.;
- 2) 'Liberar' força de trabalho e submetê-la ao capital, para o trabalho;
- 3) Introduzir a economia mercantil;
- 4) Separar a agricultura do artesanato.²⁵

Vale notar que os dois primeiros objetivos apresentados estão mais intimamente relacionados ao aspecto da subordinação ao capital de seus pressupostos materiais mundialmente disponíveis, enquanto os dois últimos, à necessidade de garantir a realização externa de seu mais-valor. A síntese de tais desígnios é a efetivação de uma prática expropriadora sobre os modos de produção não-capitalistas, que ao mesmo tempo age no sentido de fracionar sua produção social.

A ação disruptiva e expropriadora do capital estaria presente não só na emergência do modo de produção capitalista (onde a autora localiza temporalmente a categoria da acumulação primitiva), mas seria uma característica inerente ao funcionamento do mesmo. Assim, o pôr-se da acumulação de capital sobre o mundo seria ao mesmo tempo um processo de expropriação material das formações sociais que lhe são estranhas e um fracionamento do trabalho social destas mesmas, mudando violentamente tais relações de produção específicas.

Desde já, aparecem como fundamentais para este movimento as mudanças forçadas das relações de propriedade, que levam diretamente a tipos distintos de interações no interior da produção e apropriação dos frutos do trabalho social e engendrando em si novas contradições de interesses no interior da sociabilidade existente, além de potencializar as que já estavam presentes. Tem-se como produto incontornável de tais mudanças a desestabilização da reprodução social como

²⁵ Ibidem, p. 254.

um todo. Neste sentido, ainda, aparecem como particularmente importantes os instrumentos fiscais, como maneira de levar a cabo a degradação material do conjunto dos produtores diretos e efetivar a expropriação de seus meios de produção.

Como consequência da interferência direta do capital no conjunto dessas relações sociais, emergem também novos grupos cujos interesses colidem diretamente com a antiga estrutura produtiva. Assim, essas novas classes potencializam o processo expropriador presente, colocando ao mesmo tempo os pressupostos para a plena atuação do capital sobre essas regiões. A ação do capital sobre esses territórios econômicos também é devastadora no sentido de promover a degradação direta dos elementos materiais de sua infraestrutura, para acelerar assim a ruína dos produtores diretos.

O processo de expropriação e fracionamento do trabalho social levado à cabo pelo capital é, ao mesmo tempo, também a introdução forçada da lógica subordinada da estrutura produtiva desses territórios, que se vêem constringidos a cumprir o papel de espaço de realização do mais-valor produzido e de fornecedores das mercadorias necessárias à reprodução ampliada desde mesmo capital. A utilização de métodos extra-econômicos, em especial a violência política, aparece como fundamental neste desenvolvimento.

Tudo isto não significa, porém, a separação imediata e completa entre os produtores diretos e seus meios de produção. Em verdade, para a autora, a introdução da circulação de mercadorias resultaria num modo de produção denominado economia mercantil simples, onde ainda não existiria em si o impulso autossustentado de valorização de Capital. Somente na disputa do próprio capital estrangeiro contra esta economia (onde ainda estariam intimamente ligados a produção camponesa e o artesanato) que seria completa a transição de tais sociedades ao Capitalismo, mediante a concorrência destas com a indústria moderna e com o latifúndio, a utilização da violência, os processos de endividamento e expropriação dos pequenos produtores – no qual o moderno sistema bancário assume papel particularmente relevante.

Em síntese,

O capitalismo combate e suprime, onde pode, a economia natural, a produção de subsistência e a forma combinada da agricultura com o artesanato; implanta em seu lugar a economia mercantil. O capitalismo necessita da economia mercantil para vender sua própria mais-valia. A produção mercantil é a forma geral, que permite ao capitalismo desenvolver-se. Uma vez expandida a produção mercantil sobre as ruínas da economia natural, inicia-se a luta do capital contra esta última. O capitalismo passa a concorrer com a economia mercantil; após dar-lhe vida, disputa-lhe seus meios de produção, sua força de trabalho e seu mercado. Seu objetivo original era separar os produtores, desligá-los da proteção da comunidade, separar, depois, a agricultura do artesanato, e separar, por fim, os pequenos produtores mercantis de seus meios de produção.²⁶

²⁶ Ibidem, p. 275.

Ou seja, a ação do capital sobre tipos de produção que lhe são estranhos não coloca diretamente sua própria estrutura social. Haveria, em primeiro momento, a introdução forçada das relações mercantis, mediante o fracionamento do trabalho social. Com a emergência de uma “economia mercantil simples”, ter-se-ia a possibilidade de realização externa do mais-valor produzido internamente ao capitalismo, que, como já vimos, é condição inescapável para o prosseguimento da acumulação do capital social. Em um segundo momento, o capital passaria a suprimir as bases desta mesma “economia mercantil simples” que ele mesmo põe. Assim, busca a expropriação completa dos produtores diretos, para que possa subordinar à sua lógica o máximo possível tanto de força de trabalho quanto de meios de produção. O pôr-se do modo de produção capitalista é, assim, tanto em sua gênese histórica quanto em seu espraiamento sobre o mundo, um processo de disputa e dissolução de formas sociais que ele encontra e que ele mesmo faz desenvolver, ainda que temporariamente.

Esta percepção sobre o processo de transição ao capitalismo levado a cabo pela atuação expansiva do capital é, no entanto, bastante complicada. Este é tratado em identidade absoluta com o processo “clássico” da transição, o que apaga várias das diferenças fundamentais e necessárias entre os mesmos. Além disso, a autora demonstra defender uma defasagem temporal necessária entre os efeitos disruptivos e expropriadores do capital sobre o trabalho social, donde deriva a exigência da “economia mercantil simples”, categoria em si bastante problemática.

Em Callinicos podemos encontrar um contraponto à esta análise, expondo que não é possível compreender o processo de separação do trabalho social em “unidades de produção autônomas, especializadas e interdependentes através da troca de seus produtos no mercado” e a separação entre “produtores diretos e donos dos meios de produção, que implica a transformação da força de trabalho em mercadoria” como dois movimentos distintos.

Apesar de Marx apresentar essas duas separações em pontos distintos de sua análise em *O Capital* - respectivamente na Seção I e Seção II do livro I, elas são de fato interdependentes. Em outras palavras, a transformação da força de trabalho em mercadoria é possível apenas em um sistema generalizado de produção de mercadorias; assim, apenas nessas circunstâncias os meios de consumo estão disponíveis no mercado para que os trabalhadores os comprem com seus salários. Correlativamente, é apenas onde os meios de produção são eles mesmos mercadorias - o que pressupõe sua separação dos produtores diretos - que as unidades de produção são completamente dependentes do mercado e, portanto, sujeitas à lei do valor.²⁷

Se a autora demonstra defender uma defasagem temporal necessária entre os efeitos disruptivos e expropriadores do capital sobre o trabalho social, e conseqüentemente a necessidade da categoria de “economia mercantil simples”, isto se justifica não direta e nem necessariamente de uma compreensão historicista do primeiro capítulo d’*O Capital*, tal como é comum nesses casos.

²⁷ Callinicos, 2014, p. 175-176 apud Miranda, 2016, p. 164. Tradução livre feita por Miranda.

Em verdade, é exigência da teorização luxemburguista a existência de um modo de produção baseado em pequenas unidades produtivas, onde há certa união entre os produtores diretos e ao mesmo tempo o predomínio do mercado. Isto porquê o capital necessita, ainda que temporariamente, de um espaço em que, mediante as relações mercantis, possa realizar parte de suas mercadorias (justamente aquelas que “contém” o mais-valor a ser capitalizado), mas que não produza mais-valor, caso contrário perder-se-ia toda a lógica de sua constituição necessária. O capitalismo é “empurrado adiante” justamente porque, por seus processos internos de concorrência e expropriação, ele não consegue preservar tais espaços, colocando assim a necessidade de sua expansão por sobre outros domínios. Para se criticar essas concepções da autora, portanto, é necessário ir à fundo em sua própria teorização sobre a acumulação de capital no geral.

Por fim, coloca-se evidente a questão do quê se passaria ao modo de produção capitalista quando este completasse seu processo de domínio sobre o mundo, ou seja, quando não mais existissem espaços não capitalistas que permitissem a continuidade do ciclo do capital.

E é nesse ponto que começa o impasse. Alcançado o resultado final - que continua sendo uma simples construção teórica -, a acumulação torna-se impossível: a realização e a capitalização da mais-valia transformam-se em tarefas insolúveis. No momento em que o esquema marxista corresponde, na realidade, à reprodução ampliada, ele acusa o resultado, a barreira histórica do movimento de acumulação, ou seja o fim da produção capitalista. A impossibilidade de haver acumulação significa, em termos capitalistas, a impossibilidade de um desenvolvimento posterior das forças produtivas e, com isso, a necessidade objetiva, histórica, do declínio do capitalismo. Daí resulta o movimento contraditório da última fase, imperialista, como período final da trajetória histórica do capital.²⁸

Assim, o mesmo movimento de espraiamento do modo de produção capitalista pelo mundo coloca as condições de seu “declínio” e dissolução, já que se aproxima o ponto histórico em que não existirão mais espaços externos que permitiram a sua reprodução ampliada. A categoria do imperialismo aparece, assim, como a fase que delimita o “período final da trajetória histórica do capital”²⁹.

O momento em que o capitalismo não poderá mais se expandir será, segundo Luxemburgo, o momento em que será colocada concretamente a reprodução capitalista tal como ela é trabalhada por Marx nos esquemas de reprodução. Será também o momento de dissolução deste modo de produção em si.

A acumulação não é simples relação interna entre os dois ramos da produção capitalista, mas, sobretudo, uma relação entre o capital e o meio não-capitalista, na qual os dois grandes ramos da produção no processo de acumulação seguem, em

²⁸ LUXEMBURG, 1985, p. 285.

²⁹ “A fase imperialista da acumulação de capital ou a fase da concorrência capitalista internacional compreende a industrialização e a emancipação capitalista das antigas zonas interioranas do capital em que este processava à realização de sua mais-valia. Os métodos operacionais específicos dessa fase são representados pelos empréstimos estrangeiros, pela construção de ferrovias, por revoluções e guerras” (LUXEMBURG, 1985, p. 287).

boa parte, de forma independente e autônoma, um do outro, de modo que os movimentos de ambos se cruzam e se interligam. (...) O esquema marxista da acumulação é apenas a expressão teórica daquele momento em que a dominação do capital terá alcançado sua última barreira, sendo, dessa maneira, uma ficção teórica como sucede com o esquema da reprodução simples, que formula teoricamente o ponto de partida da produção capitalista. É justamente entre essas duas ficções que se insere o conhecimento exato da acumulação de capital e suas leis.³⁰

Portanto, o estudo do capitalismo e de suas tendências iminentes é localizado em um ponto teórico anterior ao tratado por Marx nos esquemas de reprodução, em que se fazem presentes as formações sociais “estranhas”, necessárias para a acumulação de capital e sua reprodução ampliada. O erro de Marx, segundo a autora, é justamente não ter percebido tais exigências da realidade concreta.

Considerações finais

O presente texto buscou traçar de maneira geral a compreensão de Rosa Luxemburgo acerca do movimento da acumulação de capital, e como ele mesmo põe a expansão do modo de produção capitalista sobre o mundo. Como foi visto, todo o trajeto analítico da autora é marcado por profundos problemas teóricos, em sua maioria derivados de uma interpretação equivocada do sentido metodológico dos esquemas de reprodução, apresentados por Marx na Seção III do Livro II de *O capital*.

A despeito de tais equívocos, procurou-se demonstrar a riqueza da contribuição da autora para a compreensão adequada do movimento do capital em seu espraiamento pelo mundo, colocando de maneira bastante enfática a importância de suas exigências materiais e estabelecendo a centralidade da dialética valor x valor de uso para esse processo. Em um momento histórico de retorno da discussão de qual é a essência de categorias tais como *Economia Mundial*, *Mercado Mundial*, *Imperialismo*, e das conexões internas entre as mesmas, muitas vezes, em favorecimento de aspectos relacionados unicamente à produção e à apropriação de valor, perde-se de vista a relevância da análise dos meios materiais pelos quais a necessidade de valorização do capital se processa. A realidade exige um tratamento adequado da dialética valor x valor de uso para a apreensão da totalidade do movimento mundializado do capital. A relevância desta questão é confirmada pela centralidade explicativa que assume o aspecto qualitativo dos processos concretos de trabalho em categorias que visam uma aproximação cada vez maior da realidade das distintas formações econômicas, tais como a de *Padrão de Reprodução do Capital*³¹.

³⁰ Idem, p. 285.

³¹ Neste sentido, ver FERREIRA (2012).

O problema da realização externa do mais-valor, em específico da sua parte a ser capitalizada, exigiu de Luxemburgo um importante esforço de análise da maneira específica com que o capital interage com as formações sociais que lhe são estranhas e efetiva o processo de transição ao modo de produção que lhe é próprio. Nenhum outro pensador do Debate Clássico do Imperialismo avançou tanto quanto ela neste sentido. A autora evidenciou mecanismos sem dúvida nenhuma fundamentais para esse processo, tal como os efeitos disruptivos e expropriadores da atuação do capital, a necessária mudança das relações de propriedade e a pauperização de grandes massas de produtores diretos, a inerência da violência extra-econômica. Além disso, Rosa Luxemburgo demonstrou que a conformação do capitalismo como modo de produção hegemônico no mundo é ao mesmo tempo sua diferenciação interna em economias centrais e economias subordinadas. Assim, afirmação do capitalismo e dependência são duas dimensões do mesmo processo.

Referências

- CAPUTO, Orlando e PIZARRO, Roberto. “Imperialismo, dependência y relaciones económicas internacionales”. *Cuadernos de Estudios Socioeconómicos*, CESO, Santiago de Chile: 1971, n. 12-13.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. *Causa e Formas de Manifestação da Crise: uma interpretação do debate marxista*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense, 1996.
- CORRÊA, Hugo F. *Teorias do imperialismo no século XXI: (in)adequações do debate no marxismo*. Tese (Doutorado em Economia). Programa de pós-graduação em economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- FERREIRA, Carla, OSORIO, Jaime, LUCE, Mathias (orgs.) *Padrão de reprodução do capital: Contribuições da Teoria Marxista da Dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LEITE, Leonardo de M. *O capital no mundo e o mundo do capital: uma reinterpretação do imperialismo a partir da Teoria do Valor de Marx*. Tese (Doutorado em Economia). Programa de pós-graduação em economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.
- LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação de capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política*. 3ª ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MIRANDA, F. F. *Mercado mundial e desenvolvimento desigual: uma contribuição teórica a partir de Marx*. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de pós-graduação em economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Eduerj: Contraponto, 2001.